

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Welington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA

Andreza Marília de Lima

Tem experiência na área de Serviço Social.

Deysiane Holanda de Oliveira

Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará.

Gilmarcos da Silva Nunes

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará, onde é bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Apoio às Pessoas em Situação de Violência Doméstica e Familiar - NAVI. Foi estagiário do Programa Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio do Ceará e educador do Projeto E-jovem da Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discorrer acerca do extermínio da juventude negra de Fortaleza, decorrente da violência que se configura como uma expressão da questão social, avaliando o processo de formação sócio-históricas brasileira para apontar os fatores determinantes dessa realidade. Utilizaremos dados que revelam o grande índice de mortes causadas por homicídios que predominantemente alcançam os adolescentes e os jovens negros concentrados na periferia da capital cearense. Identificaremos a relação da violência com a questão étnico-racial, pretendendo dar visibilidade à situação de

vulnerabilidade a que está submetida a juventude negra, visto que esse perfil é o mais vitimado historicamente.

PALAVRAS-CHAVE: Extermínio da juventude; Violência; Questão étnico-racial; Questão social;

1 | INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que se expressa cotidianamente no Brasil de diversas formas e perpassa a vida de todos os brasileiros. Dentre suas múltiplas expressões, o homicídio é apontado pelas pesquisas atuais como um dos mais latentes meios de violência.

Segundo o Atlas da Violência 2016, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), os homicídios representam cerca de 10% de todas as mortes no mundo, e o Brasil lidera a lista desse tipo de crime. Só em 2014, o Ministério da Saúde registrou que 59.627 pessoas sofreram homicídio no Brasil.

A Anistia Internacional revela que em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticado por armas de fogo,

e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados. Percebemos, diante desses dados, que quase metade das vítimas de homicídios no Brasil são jovens, dentre eles, a grande maioria é negra.

Verificou-se, a partir dos dados do Atlas da Violência, que em seis estados brasileiros o aumento das taxas de homicídio foi superior a 100%, sendo que a maioria deles é situada no Nordeste. A capital cearense é a cidade mais violenta do Brasil e a 12º do mundo, segundo ranking publicado em 2015 pela ONG mexicana “Seguridad, Justicia y Paz”, que chegou a essa conclusão a partir do levantamento do número de homicídios por habitantes.

Fortaleza, além de ser a mais violenta cidade do país e estar entre as que mais matam no mundo, também é a capital brasileira com maior índice de homicídios contra crianças e adolescentes, segundo o relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil.

O relatório também aponta que crianças e adolescentes negros são vítimas de homicídio 178% mais do que brancos. Quando se foca nos adolescentes de 16 e 17 anos, a taxa de homicídio contra negros é de 66,3 em 100 mil, enquanto a taxa de homicídios de brancos foi de 24,2 por 100 mil. 1,3 milhão de crianças e adolescentes com idades entre 12 e 18 anos foram assassinados no país entre 1980 e 2014.

Destarte, queremos apontar qual a relação da violência com a questão social e suas implicações no extermínio dos jovens negros de Fortaleza.

2 | A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A violência é resultado do processo de formação sócio-histórica do Brasil. A partir da consolidação do capitalismo no país surge o que é denominado de questão social, cuja definição que adotamos para esta abordagem é a de Iamamoto (1999):

[..] a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

A questão social apresenta-se em múltiplas expressões, por exemplo: a violência, a fome, o desemprego, a submoradia, a pobreza, entre outras. Destacando o fenômeno da violência, esta vai se expressar predominantemente nas comunidades periféricas, pois há

uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais aceleradas pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados. A exclusão é inerente ao sistema capitalista, como fenômeno universal e inevitável, expandindo-se em ritmo e intensidade diferentes, ao acompanhar os ciclos de expansão e recessão da economia (RATTNER, 2006, s/p.)

A violência, como uma das facetas da questão social manifesta-se cotidianamente em múltiplas e diversas maneiras, como aponta Chauí (1998):

Em nossa cultura, a violência é entendida como o uso da força física, e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser. A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, apud SILVA, 2005, p. 21)

Assim, fica evidente que a sociabilidade capitalista moderna, que é marcada pelas relações de dominação política e apropriação econômica, faz germinar desigualdades sociais, que se intensificam cada vez mais à medida que esta sociedade progride, gerando por sua vez, diversas expressões de violência.

A sociedade se estrutura nas relações de acumulação econômica e de poder, nas contradições entre grupos e classes dominantes e dominados bem como por poderes de sexo, gênero, etnias, simbólicos, culturais, institucionais, profissionais e efetivos. A relação de poder, assim, é complexa, por envolver tanto o contexto social mais geral como as relações particulares que devem ser tecidas junto, numa perspectiva histórica e dinâmica. É um processo diversificado em suas manifestações: familiares, individuais, coletivas, no campo e na cidade, entre os diferentes grupos e segmentos, e atinge tanto o corpo como a psique das pessoas. (...) A conflitualidade é fundante da existência social, na esfera da dinâmica social e familiar, e mesmo a existência do sujeito dividido entre o desejo e as normas sociais de proibição da realização do desejo. (FALEIROS, 2007, p. 27)

A partir de Faleiros identificamos que a violência é um modo de dominação, pois está ligada a relações de poder que incidem sobre gênero, etnia, sexo cultura etc. Portanto, quando esse fenômeno acontece com muito mais evidência em grupo com especificidades de classe, gênero e etnia é porque há um tipo de relação nesse ínterim.

3 | EXISTEM VIDAS MATÁVEIS?

A história brasileira nos mostra que o negro sempre foi subjugado, desde o período colonial até os dias de hoje. De acordo com Oliveira (2012):

Os escravos eram submetidos ao trabalho árduo, humilhações e castigos corporais, sendo excluídos do convívio social. Vistos tão somente como mercadorias, tanto para os comerciantes do tráfico negreiro, como para os latifundiários exploradores de sua mão de obra. Uma situação de total exploração e subjulgamento que degeneram profundamente as relações sociais brasileiras (OLIVEIRA, 2012, p.3).

O escravismo criou um estereótipo descartável do negro, fazendo com que houvesse uma disseminação do preconceito e da discriminação desses sujeitos.

(...)o preconceito e a discriminação racial apareceram no Brasil como conseqüências inevitáveis do escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após

a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretada como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das várias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural (HASENBALG, 1979, p.72)

Apesar das transformações históricas e sociais, muitos direitos foram negados aos negros sob a face mascarada da democracia racial. Quando na verdade

(...) a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e capitalista (FERNANDES, 1978, p.20)

O negro ficou livre para viver escravizado e submeter-se a uma vida marcada pelo pauperismo e marginalização com consequências e expressões sociais que perduram até os dias atuais.

Após a abolição formal da escravidão a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu a condição legal de “cidadão”, paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluído da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de 300 milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás como prática de genocídio cruel. (NASCIMENTO, 2002, p. 70).

Através da apreensão do contexto histórico apresentado, é possível perceber que

A estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto o foi no passado. A organização da sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subdesemprego, e para o trabalho de negro. (FERNANDES, 2007, p.90)

Essa conjuntura construída ao longo dos anos está enraizada na cultura e nos costumes do Brasil. As grandes cidades retratam com mais evidência as expressões da questão social, dentre elas, a violência, que tem atingido a juventude com maior frequência e especificidades de gênero, raça e classe social.

No Ceará, Fortaleza é a cidade que mais registra casos de homicídios de adolescentes e jovens, fazendo daquele o terceiro colocado entre os estados brasileiros. Fortaleza registrou em 2015, 145 casos de homicídios contra adolescentes e jovens, de 10 a 19 anos, segundo estudo do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Além desses números, o estudo apresenta peculiaridades que permeiam os casos registrados. Uma das observações do Comitê foi que 50% dos assassinatos se concentram em 20 bairros da capital, e que 97% dos adolescentes mortos são homens e 65%, negros. Os bairros delimitados são considerados periféricos, sendo o

Jangurussu e o Bom Jardim, respectivamente, os primeiros da lista.

Todos os dados e estudos apresentados, nos fazem perceber que a violência que ocasiona a morte letal tem, cada vez mais, avançado em direção a uma faixa etária que possui raça específica. Os dados nacionais sobre violência letal revelam que os negros são as principais vítimas de homicídios e dentre estes, os mais vitimados são os jovens.

O extermínio da juventude é uma realidade no Brasil e com gravíssimas expressões no Ceará, principalmente em Fortaleza. Percebemos, contudo, que a parcela da juventude que mais é vitimada por homicídios se concentra geograficamente nas periferias.

Tudo isso nos leva a questionar se existem vidas que valem menos que outras e se possuem importâncias diferentes para o modo de produção que governa a sociabilidade brasileira.

Muitas dessas mortes são banalizadas pela cultura de violência que temos em nosso país. Por consequência, as famílias das vítimas, em sua maioria, silenciam a violação do direito à vida. A morte, e principalmente as de assassinatos, não pode passar despercebida ou ser naturalizada dentro do cotidiano sem passar por uma reflexão crítica. Não podemos naturalizar essa tendência de descartabilidade da vida.

A violência e extermínio de negros é uma faceta do racismo, entendido também como uma expressão da questão social, que no Brasil acontece de forma velada. É preciso desmistificar o mito da “democracia racial” que permeia o imaginário brasileiro, e, por conseguinte, camufla o racismo brasileiro. Esse mito é entendido a partir de Santos (s/n) como

[...] uma narrativa ideológica que nega a desigualdade racial, conseqüentemente o racismo, afirmando que entre negros e brancos existe uma igualdade de oportunidade. Ao negar o racismo, ele perpetua os estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos marginalizados, pois somos levados a pensar que se existe igualdade de tratamento, e as desiguais posições socioeconômicas são resultado da incapacidade de negros e índios que possuem culturas subalternas (SANTOS (s/n), p. 3-4).

Portanto, é falso afirmar que o Brasil não é um país racista. Essa negação não só tenta esconder uma realidade como também favorece a continuidade de violação dos direitos dos negros, que são a maioria em nosso país.

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.” (FERNANDES, 1960, p. XIV)

4 | CONCLUSÃO

Acreditamos que existe um ataque frontal ao direito humano à vida, sendo motivado principalmente pelo discurso de ódio que incita a violência e a discriminação a partir dos movimentos conservadores. Estamos em uma época que o conservadorismo está muito forte e presente em todos os âmbitos da sociedade. Infelizmente há uma disseminação desse movimento até mesmo em locais que deveriam ser formadores de seres críticos e reflexivos acerca da sociedade.

Para pensar criticamente o problema da violência e extermínio da juventude negra, é necessário antes de tudo ter uma visão ampla acerca desta temática, compreender que se um jovem está inserido em um ciclo violento é porque diversos fatores o levaram até aquela situação, fatores estes que muitas vezes são exteriores a ele.

A família, o Estado e a sociedade possuem sua influência e seu papel importante na vida do jovem, pois a partir da visão de totalidade social deve-se refletir que, as diversas escolhas que a juventude faz para sua vida e a forma violenta que ela é tratada, é decorrente do meio em que ela está inserida, das suas condições socioeconômicas e políticas.

Os dados expostos nesta discussão revelam altíssimos índices de homicídio de jovens negros. Entretanto, o tema é em geral tratado com indiferença na agenda pública nacional. As consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas.

Portanto, é de suma importância o debate do tema, para que se possa romper com as diferenças e incitar debate na sociedade. É preciso se posicionar contra a violação do direito humano à vida e lutar por políticas públicas que possam contribuir para transformar esta realidade.

REFERÊNCIAS

Atlas da violência 2016. Disponível em: http://infogbucket.s3.amazonaws.com/arquivos/2016/03/22/atlas_da_violencia_2016.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrência, vítimas e agressores.** Brasília: Universa, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe: no limiar de uma nova era.** vol 2. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. Prefácio, in F.H. Cardoso e Octávio Ianni. **Cor e mobilidade social em Florianópolis.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

OLIVEIRA, Renata de Souza. **O negro na realidade sócioeconômica brasileira: um estudo da participação do negro no mercado de trabalho**. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/Publicacoes/Jovens_Pesquisadores/04/3.4.12.pdf Acesso em: 09/12/2012.

RATTNER, Henrique. Exclusão Social. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, n. 65, Ano VI, s/p. Outubro, 2006.

SANTOS, S. M. V. **A juventude negra não tem cara pintada**. Disponível em: <
http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_4910444f91a00.pdf >.
Acesso em: 14 de setembro de 2012.

Seguridad, Justicia y Paz. Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/send/6-prensa/230-caracas-venezuela-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo>>. Acesso em 06 de dezembro de 2016.

SILVA, Sueli Baptista da Silva. **O Serviço Social frente à questão da violência doméstica: a realidade social revelada nas ações judiciais da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Rio de Janeiro**. Mestrado em Serviço Social, 2005. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

